



**Prefeitura de Catanduvas (SC)
Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2019**

**ANEXO V
Prestação de Contas de Gestão
IN 20/2015 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA DE CATANDUVAS

**GESTOR: DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL
RESPONSÁVEL: LUCIMARI SPADER - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

CONSIDERANDO os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

CONSIDERANDO que o artigo 14, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“O relatório de gestão deve demonstrar a execução da programação orçamentária e o cumprimento das metas físicas da unidade jurisdicionada, avaliar os resultados da atuação da respectiva unidade no cumprimento das suas finalidades institucionais durante um exercício financeiro”.

A unidade gestora **Prefeitura de Catanduvas**, por seu gestor responsável (Dorival Ribeiro dos Santos), apresenta o relatório de gestão, conforme anexo V, da Instrução Normativa TC 0020/2015.

ANEXO V

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

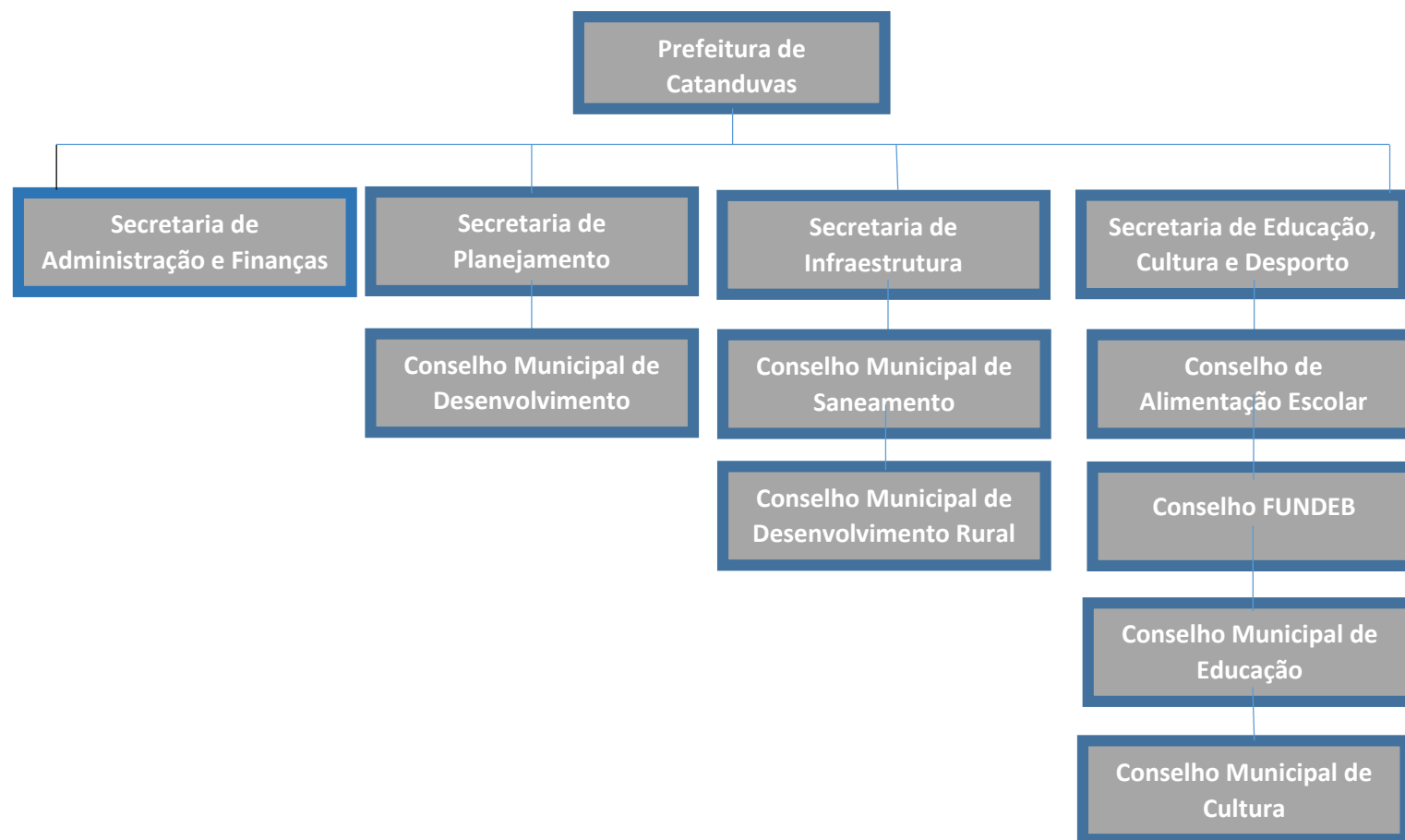
a) Informações Gerais:

Entidade:	Prefeitura de Catanduvas (SC)
CNPJ:	82.939.414/0001-45
Endereço:	Rua Felipe Schmidt, n. 1435 - Centro Catanduvas (SC) – CEP 89.670-000
Telefone:	(49) 3525 6500
E-mail:	administracao@catanduvas.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo Função	Período de Gestão	Ato Nomeação e Data	Ato Exoneração e Data	Endereço Residencial	e-mail
Prefeito	Dorival Ribeiro dos Santos	195.397.549-68	Prefeito	01/01/2017 a 31/12/2020	Ata de Posse n. 62/2017 de 1º de Janeiro de 2017.	Término do Mandato em 31.12.2020	Rua Almirante Tamandaré – n. 2716 - Centro de Catanduvas (SC)	prefeito@catanduvas.sc. gov.br
Secretária de Administração	Lucimari Spader	613.011.329-34	Secretária de Administração	01/01/2017 a 31/12/2020	Portaria 7.086/17	-	Rua Duque de Caxias – n. Centro de Catanduvas (SC)	administracao@catanduv as.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas no exercício financeiro, em virtude do resultado financeiro superavitário do exercício 2018 e as metas de arrecadação do ano de 2019 que foram superadas havendo excesso de arrecadação no período.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Ao final do exercício financeiro de 2019 restaram os valores de Restos a Pagar no montante de R\$ 704.802,00, tendo como origem a desapropriação do prédio adquirido para uso do Legislativo Municipal no valor de R\$ 700.000,00 o qual está em discussão judicial tendo sido feito depósito judicial deste valor

e o restante de R\$ 4.802,00 são de duas notas de restos a pagar cuja exigibilidade está sendo verificada. Importante ressaltar que os recursos para cobertura destas despesas estão garantidos.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

b) Demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

c) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

d) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS:

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Exercício:	2019
		Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido (Pago)
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Contribuição	Termo de Colaboração	R\$ 69.000,00
ASSERV - Associação de Servidores Públicos Municipais de Catanduvas	Subvenção	Convênio	R\$ 145.803,35
CTG Querência do Chimarrão	Contribuição	Termo de Colaboração	R\$ 12.000,00
Total R\$ 226.803,35			

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

b) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações Atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Recomendações e Orientações: Contratos e seus Aditivos	Verificação da Possibilidade ou não da Adição de Contratos	Setor de Compras e Secretário	Verificação da possibilidade jurídica da adição de contratos, conveniência e benefício ao erário.	Redução dos pedidos de aditivos e maiores solicitações de licitação.
Fiscalização do controle de ponto dos servidores.	Direcionamento das comunicações por um único servidor mediante ciência do Gestor.	Diretoria de Assistência Social	Encaminhamento das informações conforme requerido.	Encaminhamento dos atestados no prazo indicado pelo setor de Recursos Humanos.
Verificação e melhor descrição dos termos de referência.	Descrição qualificada dos itens a serem licitados.	Diretoria de Assistência Social.	Adoção de medidas para melhor descrever os produtos licitados.	Aquisição de produtos de qualidade.
Participação de técnicos da secretaria em licitações de medicamentos e materiais específicos de saúde.	Indicação de profissional/servidor por área	Secretaria Municipal de Saúde	Solicitação da farmacêutica nas licitações de medicamentos e da servidora	Aquisição de materiais que atendem as especificações pretendidas.

			responsável pelo hospital nos certames de materiais.	
--	--	--	--	--

c) Recomendações pendentes:

Não há recomendações pendentes.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão na Unidade Gestora.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA):

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CNPJ: 02.228.940/0001-68
Inexigibilidade de Chamamento Público – Lei 13.019/14

- **Âmbito de Atuação da Entidade:** A entidade visa promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, prestação de serviços de qualidade, apoio a família direcionado a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiências, necessidades educacionais especiais e de pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.
- **Regulamentação da Contratação de Obras e Serviços:** A critério da entidade, desde que de acordo com o termo de colaboração.
- **Informações Sobre o Termo de Parceria:** Inexigibilidade de Chamamento Público – Lei 13.019/2014
- **Objeto:** Prestação de serviços educacionais e de saúde a pessoas com deficiências.
- **Vigência:** março de 2019 a dezembro de 2019.

- **Repasse: R\$ 69.000,00** no período de vigência

Data	Valor	Modalidade
20.03.2019	R\$ 11.500,00	Termo de Colaboração
21.03.2019	R\$ 5.750,00	Termo de Colaboração
09.05.2019	R\$ 11.500,00	Termo de Colaboração
14.06.2019	R\$ 5.750,00	Termo de Colaboração
09.08.2019	R\$ 5.750,00	Termo de Colaboração
17.09.2019	R\$ 5.750,00	Termo de Colaboração
08.11.2019	R\$ 5.750,00	Termo de Colaboração
03.12.2019	R\$ 11.500,00	Termo de Colaboração
19.12.2019	R\$ 5.750,00	Termo de Colaboração
Valor Total – 2019	R\$ 69.000,00	

- **Avaliação de Metas e Índices:**

Da parceria em comento, conclui-se que as atividades que deveriam ser desempenhadas pela entidade foram desenvolvidas com êxito.

Os recursos repassados foram utilizados em despesas autorizadas pela legislação e termo de colaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015, encaminhamos o relatório de gestão da Unidade Gestora Prefeitura de Catanduvas.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2020.